

TERRA À VISTA: UM GESTO DE LEITURA SOBRE O QUE NOS AFETA

EARTH IN SIGHT: A READING GESTURE ABOUT WHAT AFFECTS US

Rosely Diniz da Silva Machado¹

RESUMO: Neste texto, apresentado durante o Colóquio² em homenagem aos 30 anos da publicação do *Terra à Vista: discurso do confronto - Velho e Novo Mundo*, retomo partes das considerações finais da obra. Busco reiterar a importância desse livro e da sua autora cuja trajetória nos inspira e, singularmente, convida-nos a adentrar, com sutileza, o território da linguagem, apresentando-nos a Análise de Discurso, a partir dos estudos de Michel Pêcheux. A produção intelectual de Orlandi nos brinda com sua potência e fôlego teórico, sempre acompanhada de singular agudeza poética nas reflexões sobre a entremeadada trama discursiva do ler, do escrever, do simbolizar, do (a)prender. A obra, em foco, escancara discursos sobre o modo como o Brasil é dito e visto por aqueles que ocupam os lugares do poder. O caráter atemporal desse livro materializa/atualiza o cenário de desgovernança da política brasileira em que se mobilizam “perfídias” travestidas em bravatas, através de palavras desgastadas, puídas, que garimpam espaço por entre remendos e alinhavos, em nome “da ordem e do progresso”, na voz daquele que ocupa o cargo de presidência do país. Ainda que tais discursos persistam, há o espaço para a resistência através de processos de desidentificação frente ao que nos afeta quando o Brasil é falado por nós e pelo(s) outro(s). Por fim, este artigo/ensaio traduz-se numa forma de retomada e de agradecimento à necessária produção teórica de Eni Orlandi que provoca e cutuca, “sem medo”, a “ferida aberta” no nosso país.

Palavras-chave: discurso político; sentidos e história.

ABSTRACT: In this text, presented during the Colloquium³ in honor of the 30th anniversary of the publication of *Terra à Vista: discurso do confronto - Velho e Novo Mundo*, I resumed parts of the final considerations of the work. I seek to reiterate the importance of this book and its author whose trajectory inspires us and, singularly, invites us to enter the territory of language with subtlety, presenting us with Discourse Analysis, based on the studies of Michel Pêcheux. Orlandi's intellectual production offers us its power and theoretical deepening, always accompanied by singular poetic acuity in the reflections on the interwoven discursive plot of reading, writing, symbolizing, and learning. The work, in focus, opens discourses on the way Brazil is said and seen by those who occupy the places of power. The timeless character of this

¹ Doutora em Teorias do Texto e do Discurso, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Professora do Instituto de Letras e Artes e do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Membro do Laboratório de Estudos em Análise de Discurso (LEAD).

² Refiro-me ao evento “Colóquio 30 anos de terra à vista: um percurso de sentidos” organizado pelo Laboratório de Estudos em Análise de Discurso (LEAD).

³ I mean the event “Colloquium 30 years of land in sight” a path of senses ” organized by the Laboratory of Studies in Discourse Analysis (Lead).

book materializes/updates the scenario of misgovernance of Brazilian politics in which “perfidies” disguised in bravado are mobilized, through worn and threadbare words, that mined for space between patches and aligns, in the name of the “order and progress”, in the voice of the one who occupies the Office of the country's presidency. Although such discourses persist, there is room for resistance, through processes of de-identification in front of what affects us when Brazil is spoken by us and by other people. Finally, this article/essay translates into a form of resumption and thanks to the necessary theoretical production of Eni Orlandi that provokes and pokes, “without fear”, the “open wound” in our country.

Keywords: political discourse; senses and history.

1 O Brasil em Dis(curso)s: à sombra de um passado?

Da ideologia ao discurso, do sentido aos efeitos, do silêncio à resistência, da história à historicidade, já não mais se fala em discurso(s) da descoberta, sem referir-se à obra *Terra à Vista: discurso do confronto - Velho e Novo Mundo*, pois, sem dúvida, três décadas é um tempo muito representativo. Tempo de estudo, tempo de plantio, tempo de espera, tempo de amadurecimento, tempo da colheita, pois a semente deste livro se deu em terreno fértil, propício às condições do solo que acolheu, nutriu a semente que germinou e, em tempo adequado, disseminou ressignificando noções fundamentais no terreno dos estudos da linguagem: o Brasil, a história, a política, o discurso, a leitura e a interpretação.

Sob o título “Ainda um discurso da descoberta”, a autora nos chama a atenção para o fato de que os enunciados da formação discursiva da colonização, ao longo de alguns séculos na história, tal como a entendemos na linguagem, ainda faz circular indefinidamente determinados sentidos, pois a história, nesse caso, não é uma questão de evolução no tempo, é uma questão de sentidos.

A autora se refere ao fato de o discurso das descobertas continuar no mesmo saudável liberalismo dos países ricos que se preocupam com o bem-estar da humanidade (ORLANDI, 1990, p. 235). A palavra “humanidade”, segundo Orlandi (*ibidem*, p. 235), deve ser lida como “os que já adquiriram estatuto para fazer parte dela, da sua universalidade”. Populações peculiares com suas (des)graciosas particularidades de Terceiro Mundo só podem fazer parte se atestarem seu nível de desenvolvimento (ORLANDI, 1990, p. 236). Há categorizações para isso, por exemplo: indígena “civilizado” e indígena “selvagem”, Terceiro Mundo “viável” e Terceiro Mundo “inviável”.

Conforme nos afirma Orlandi,

no século XVI, era preciso salvar a alma (e, para isso, se amansava o espírito para torná-lo apropriado), hoje é o homem como ser-no-mundo que se salva, num discurso que universalmente se apoia no *slogan* da “paz” (quando jamais, como hoje, se praticou a guerra). As palavras e o silêncio que as acompanha (porque são políticas) significam quase sempre o que pretendem não significar. (ORLANDI, 1990, p. 236).

Segundo Orlandi, há sempre uma ilusão de que “falamos das mesmas coisas, por isso pensamos haver uma delimitação dos discursos que obedecem a separação (e aqui isto significa negação) de cada formação discursiva em relação a(s) sua(s) outra(s). “Colonizador e colonizado nunca estão falando da mesma coisa” (ORLANDI, 1990, p. 237). Desse modo, a palavra “natureza” para o brasileiro não é o mesmo que é natureza para os franceses, principalmente quando se trata da Amazônia. Orlandi afirma ser neste ponto que os sentidos se dividem inexoravelmente.

Na página 238, a autora nos convida a pensar sobre quem é o “nós” embutido no enunciado “Depois de vocês, o fim. E nós!”, escrito numa faixa empunhada por patriotas franceses, frente à embaixada do Brasil em Paris, que conta uma história e que, para contá-la, faz um recorte estabelecendo o seu início. Assim, Orlandi reflete se nós, brasileiros, com a invasão (ocupação? descoberta?) da Amazônia, teríamos desencadeado uma história que nos responsabiliza por um “fim”, indefinido e assustador. Advém desta reflexão alguns possíveis questionamentos como, por exemplo, se isso é um processo: quem o começou? Quem invadiu? E, mesmo não se referindo às invasões, o fim das florestas começou onde? Na Amazônia? Se hoje esse fim é visível na Amazônia, é porque a Amazônia é o que restou. Onde estão as florestas do Velho Mundo? Como vemos, ressalta a autora, os sentidos podem ser muito diferentes se recortamos as histórias em diferentes perspectivas do contar.

Com base no que precede, gostaria de ilustrar o quanto essa menção de Orlandi ainda ressoa, mobilizada em discursos da atualidade, infelizmente, reproduzidos e direcionados a uma identificação com discursos abomináveis e inaceitáveis, por exemplo, sobre os indígenas. É o que vimos no vídeo⁴ gravado pelo atual Presidente da República que, na ocasião, informara ao então ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, sobre as atribuições do Conselho da Amazônia:

[...] O conselho será responsável por **“coordenar ações em cada ministério voltadas para a proteção, defesa e desenvolvimento sustentável da Amazônia”**. Mourão vai ser o nosso grande coordenador, à frente desse Conselho da Amazônia. Vai **tratar da proteção, da defesa, da prevenção, do desenvolvimento sustentável, logicamente vai ter a sua participação no tocante à questão sobre as terras indígenas** [...]. Então você conhece, teve contato com os índios. Então já passaram praticamente 13, 14 anos. **Com toda a certeza, o índio mudou, está evoluindo, cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós. Então, [precisamos] fazer com que o índio cada vez mais se integre à sociedade, e que seja realmente dono de sua terra indígena. É isso que nós queremos aqui.** (grifos meus).

Dentre os inúmeros discursos do atual presidente, também nos chama a atenção outro discurso “improvisado”, quando recebeu cinco indígenas no Planalto levados pelo ruralista Nabhan Garcia, presidente da UDR⁵ e secretário especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, e aproveitou o momento para uma *live*. Transcrevo parte de alguns dos trechos:

⁴ As declarações do presidente foram feitas em vídeo gravado na 4ª feira (22. jan.2020) e transmitido em sua página no Facebook às 19h da 5ª feira (23.jan.2020). Disponível em: <<https://youtu.be/WX7Xrs2Y3QY>> Acesso em: 15 ago. 2021.

⁵ União Democrática Ruralista (UDR).

Com todo respeito, **alguns querem que vocês fiquem dentro da terra indígena como animal pré-histórico**. Não é pré-histórico não. **Vocês são seres humanos**. O Brasil precisa de todo mundo unido. A política de esquerda foi agravada na época de Lula e Dilma. A política de esquerda foi separar. A esquerda joga branco contra índio, índio invade terra, entre em confusão, em conflito... **Nós queremos a liberdade de vocês [...] Se Deus quiser vamos tirar o índio da escravidão. Vocês têm bastante terra, vamos usar essa terra**. Quando fala em mineração embaixo da terra tem **trilhões de dólares**. Vamos continuar sendo pobres? **Nós queremos a liberdade de vocês [...]**⁶. (grifos meus).

Não tenho a intenção de mobilizar uma análise desses discursos do atual Presidente, mas os exponho aqui como forma de demonstrar a atualidade das questões que Orlandi tematiza em *Terra à Vista*. A autora afirma que “as formações discursivas remetem a diferenças sócio-históricas irreduzíveis. Assim, as noções de terra, território, país, trabalham outros sentidos, que continuam, no entanto, a se ancorarem nas falas da descoberta e da salvação” (ORLANDI, 1990, p. 239).

Dialoga com o tema sobre a questão política e do poder de exploração territorial, a fala⁷ de Daniel Munduruku⁸ concedida à BBC News sobre a visão de Bolsonaro relativa à situação indígena:

Eu não quero ser profeta do caos. Mas minha perspectiva é que as coisas vão piorar para os povos indígenas nesse governo. Que o governo não vai fazer absolutamente nada favorável aos indígenas. Mas vai dizer que vai fazer, por exemplo, **que vai abrir terra indígena para exploração mineral e que isso é positivo porque os indígenas querem ser iguais aos outros brasileiros**. E uma parte da população vai acreditar nesse discurso vazio. (grifos meus).

Retomando o que ressalta Orlandi (*ibidem*) não é, pois, de se admirar que, concomitante a esse discurso ecológico, e mesmo como o seu outro lado, se passe a discutir a vontade (ou não) de se ser “brasileiro”, o que significa ser “brasileiro”, a relação do brasileiro com o resto do mundo etc. Processos identitários são fartamente postos em circulação com argumentos que tematizam desde o patriotismo, às origens, à cidadania, e até mesmo à questão econômica traduzida em dólares.

Orlandi nos diz (*op. cit.*, p. 240) que essa é uma das características do discurso de “fora”, o que coloniza os homens e os sentidos: eles apagam as condições concretas do fato e dão sentidos absolutos desenraizados do seu contexto.

As nossas coisas passam a ter sentido a partir de “lá”: “como Chico Mendes - que o país só descobriu que existia depois que a imprensa internacional deu o alarme”. Mas, aí é que está o problema, segundo a autora. Não é sem consequências a descoberta pelo olhar de fora. Como quando não se

⁶ Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=965431323847896>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

⁷ Refiro-me à entrevista concedida em 19 de abril de 2019 à BBC News.

⁸ Daniel Munduruku é escritor e professor paraense, pertencente ao povo indígena Munduruku; sugere a criação do Dia da Diversidade Indígena.

reconhece o direito à terra mesmo que, para isso, seja preciso doá-la a quem de direito, o sermos descobertos pelo olhar de fora nos mantêm prisioneiros do sentido outro. Nossos problemas cruciais de terra e de vida viram, assim, problema ecológico, diluídos na preservação internacional da “natureza” e na mira das multinações. Isso pode ficar ainda mais claro se chegarmos mais perto do discurso ecológico. (ORLANDI, 1990, p. 240).

Orlandi propõe uma reflexão sobre os efeitos de sentido produzidos na entrevista de um ecologista que afirma: “acham que para pagar as dívidas têm de exportar os recursos, devastar a natureza.” Segundo a autora, é preciso observar não ser por acaso que temos as últimas florestas ao mesmo tempo em que temos as grandes dívidas. “Quem explora realmente este país? Nos diz a autora que não estamos perguntando pelos intermediários, estamos perguntando pela exploração real, a que divide o mundo em primeiro, segundo e terceiro por critérios econômicos” (*op. cit.* p. 241).

Outra observação incide sobre a tematização da dívida em relação à ecologia representada na fala acima pela forma indeterminada “acham”. Nessa fala, já vem atribuída a relação entre dívida e devastação. A autora ainda pontua sobre quem de fato articulou, ou melhor, vinculou essas duas coisas? Em direção a que interesses? Para ela, “esse discurso é típico da inter-incompreensão, pois ficamos com um simulacro, uma “caricatura”, de um já-dito em que vem pré-construída a ideia irremediável dessa relação entre devastação da natureza e pobreza do Terceiro Mundo” (*op. cit.*).

Ao encontro das considerações de Orlandi, cito Ângela Mendes⁹, filha de Chico Mendes, quando responde sobre o fato de que o presidente Bolsonaro tem culpado as ONGs pela devastação causada pelas queimadas.

Eles sempre nos colocam nessa situação de inimigo: “É de esquerda, é petista, é ONG ambientalista.” Tudo eles colocam no mesmo saco, e nos declararam inimigos do país. A gente percebe que, **na verdade, o presidente está a serviço do grande capital e, principalmente, do governo americano**, se submetendo – e nos submetendo enquanto brasileiros e brasileiras – a uma série de constrangimentos.

A fantasia sobre o Brasil encontra solo fértil quando consegue ocupar temas humanistas, universais (proteção do meio ambiente), como é o caso da Amazônia. E a “ocupação” da terra vem, geralmente, pelo discurso da colonização. Fica o fato de que há um repetível que insiste em retornar.

⁹ Há muito, os incêndios na Amazônia deixaram de ser uma questão brasileira. Fumaça e fogo se alastram e ameaçam os países vizinhos, que oferecem ajuda para o combate às chamas. Lideranças europeias cortam verbas ambientais e ameaçam cancelar o acordo Mercosul-União Europeia, em reação ao anti-ambientalismo e negacionismo da presidência de Jair Bolsonaro. Escaramuças diplomáticas até trocas de insultos se sucedem, e o assunto figura no topo da agenda da conferência de cúpula do G7 deste fim de semana (24 e 26). Na quinta-feira (22), a partir Rio Branco, capital do Acre, Ângela Maria Feitosa Mendes falou à DW sobre as queimadas no seu estado natal. Filha do seringueiro, sindicalista e ativista ambiental Chico Mendes, ela segue o trabalho do pai, assassinado em 1988 enquanto lutava pelos direitos dos povos da floresta (24-08-2019). Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2019/08/bolsonaro-esta-a-servico-do-grande-capital-diz-filha-de-chico-mendes/>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

2 Sobre o que nos afeta: no “vão da voz”

Sob o título Conteudismo: A Perfídia da Interpretação (ORLANDI, 1990, p. 243), Orlandi afirma que, na AD, para conhecer o funcionamento da linguagem, é preciso considerar os “processos de produção” e não meramente os seus “produtos”. Para Orlandi, aí incide a crítica da AD, ao “conteudismo”:

A gente está acostumada a definir os sentidos pelos conteúdos (produtos): o que “x” quer dizer? Este “hábito”, aparentemente inocente, resulta de toda uma relação construída (historicamente determinada) com a linguagem, em que estão em causa o sujeito como intérprete (e sua relação com o texto e com o “saber”) e o sentido (em sua relação com as “coisas”). Essa relação também é determinada pelo modo como se codificam as disciplinas em sua relação com a linguagem. Em nosso caso, visamos à natureza dessa relação principalmente nas ciências humanas e sociais, pois estas, em sua constituição, trabalham a linguagem sobretudo pela análise de conteúdo, isto é, elas têm na análise de conteúdo um seu instrumento de constituição. (ORLANDI, 1990, p. 243).

Desse modo, a perfídia a que a autora se refere consiste em se considerar o conteúdo e não o funcionamento do discurso, isso em várias dimensões. Podemos pensar o conteudismo em suas distintas determinações quanto: à teoria, à concepção de ideologia, à situação, ao sujeito. Em síntese, a autora ressalta que a distinção é, portanto, entre, de um lado, a “materialidade empírica” (a que reúne, dicotomizando, formalismo e conteudismo) e, de outro, a “materialidade histórica” com os processos de produção dos fatos de linguagem. A crítica à partição forma/conteúdo trabalha a ideia de processos de significação e seus modos de produzir sentidos que têm a aparência do “pleno”, do “definido”, do “permanente”. Enfim, ao pensarmos as marcas do discurso, segundo Orlandi, é fundamental compreender que ideologia não é “x”, mas o mecanismo de produzir “x”. Tal mecanismo de funcionamento ideológico se manifesta em variados discursos que tematizam, por exemplo, a noção de terra, colônia, brasileiro e índio.

Sobre isso, cabe menção a outro fragmento da entrevista dada à BBC News¹⁰, Daniel Mundukuru que se posiciona sobre o problema em usar a palavra índio, sobretudo quando menciona a comemoração ao “Dia do índio”.

Quando a gente usa a palavra índio, estamos nos reportando a duas ideias. Uma é a ideia romântica, folclórica. É isso que se comemora no dia 19 de abril. Aquela figura do desenho animado, com duas pinturas no rosto e uma pena na cabeça, que mora em uma oca em forma de triângulo. **Há a percepção de que essa é uma figura que precisamos preservar, um ser do passado. Mas os indígenas não são seres do passado, são do presente.** A segunda ideia é ideologizada. **A palavra índio está quase sempre ligada à**

¹⁰ Dia do Índio é data 'folclórica e preconceituosa', diz escritor indígena Daniel Munduruku. Texto de Amanda Rossi, da BBC News Brasil em São Paulo de 19 de abril de 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil47971962>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

preguiça, selvageria, atraso tecnológico, a uma visão de que o índio tem muita terra e não sabe o que fazer com ela. A ideia de que o índio acabou virando um empecilho para o desenvolvimento brasileiro. (grifos meus).

Analicamente, a AD, tal como Orlandi pratica neste estudo, não é só uma forma de leitura:

É um programa de reflexão que incide sobre a historicidade da separação oralidade/escrita, sobre a codificação de conhecimentos a respeito das línguas indígenas e sua tradução, sobre os relatos, sobre situações de contato etc. Tudo isso atravessado pelas condições históricas e dominado pela relação com o discurso da colonização sob as suas várias modalidades. (ORLANDI, 1990, p. 246)

Em relação ao nosso objeto de estudo, diz Orlandi que se ficamos no conteúdo do que dizem esses discursos, não atinamos sobre o fato de que o discurso da descoberta é um discurso do (des)conhecimento que prenuncia o que mais tarde será o discurso científico. Também sobre a imagem do brasileiro típico (a nacionalidade), se pensada sem o imaginário que a constitui, é mais uma forma de atuação desse contitudismo.

Basta atentarmos-nos na atualidade para outro discurso que reforça o olhar do outro sobre o Brasil, quando em 2019, o atual presidente afirmou que o Brasil não poderia ser um país do turismo¹¹ gay. Ao falar sobre a imagem do Brasil no exterior, Bolsonaro fez apologia ao turismo sexual, dizendo "quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade", refutando a ideia de que o Brasil seria lugar para o que chamou de "turismo gay". Em reação, estados brasileiros lançaram campanhas contra a exploração sexual. Dois meses depois, Bolsonaro referiu-se ao país como "uma virgem que todo tarado de fora quer".

Nesses discursos, notamos o funcionamento ideológico produzindo efeitos, através de uma tomada de posição-sujeito que aciona saberes referentes ao machismo, à misoginia, à homofobia, enfim, aos discursos de intolerância e de ódio.

Desse modo, através desses exemplos, "lamentáveis coincidências", vão confirmando a atualidade da obra *Terra à Vista*. Orlandi tematiza essa ilusão do evidente (natural, autóctone) naquilo que é só mais um efeito do discurso sobre o brasileiro (indolente, sensual etc.). E traz junto às injunções a resposta e os modos de circulação e "leitura", ou seja, já traz a interpretação respectiva para essa imagem. No entanto, diz Orlandi, é preciso ver tudo isso (todos esses conteúdos) como parte do estabelecimento de uma história, e "isso só pode ser percebido se não vemos a história em seus conteúdos (como cronologia), mas como produção de sentidos" (p.248)

Orlandi discorre sobre a voz do colonizador poder ser "espreitada" por meio da voz do brasileiro, daí dizer que sua voz (do brasileiro) ali está na "espera". O que não lhe garante, no entanto, um lugar", visto que

¹¹ Tal discurso causou enorme repercussão na mídia em geral e pode ser conferido na íntegra em <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/06/24/justica-manda-uniao-pagar-r-15-mi-por-falas-machistas-de-bolsonaro.htm?cmpid=>> Acesso em: 16 ago. 2021.

[...] no entremeio desse olhar de lá e o do excluído, que há um lugar particular em que este modo de significar adquire especificidade: o do brasileiro que interfere nesse contar do outro e o transforma. Este lugar raramente tem sido ocupado. Se tem ficado na simetria das oposições existentes estritamente: o lugar do que nos conta de fora e o do que é contado. Mesmo quando se fala nas vantagens de ser brasileiro, fala-se do interior dessas projeções, trazendo, assim, o avesso do mesmo e os seus “pressupostos”. (ORLANDI, 1990, p, 249)

Como vemos, nos limites do dizer, há muito se promove uma disputa no jogo de compreender e atribuir sentidos aos discursos da/sobre colonização. Segundo Orlandi, essa imagem de país de turismo, do selvagem, do diferente/exótico está inscrita no discurso da colonização. Sobre a relação entre compreensão, incompreensão e interpretação, Orlandi salienta sobre

[...] a necessidade de se distinguir o fato de que a compreensão é teórica e a interpretação é ideológica. A interpretação trata da atribuição de sentidos determinados por posições “x” ou “y”. Ela já se dá no interior do jogo de sentidos de uma FD determinada: na relação de formações discursivas, interpreta-se uma pela outra, definindo-se os seus limites. Na compreensão dos sentidos, ao contrário, apreende-se esse jogo das formações discursivas e da delimitação dos seus bordos: compreender é saber que o sentido pode ser outro. (ORLANDI, 1990, p. 252)

Segue Orlandi aludindo ao fato de que encontrar a voz do brasileiro é encontrar a voz capaz de trans-figurar em “outro” que encontra em seu contato com a cultura colonizadora, com a língua que doméstica e assim por diante.

Sobre o Corpus e Corpo do Discurso, Orlandi (*ibidem*, p. 252) ressalta que o conjunto destas reflexões apontam para a questão da historicidade da/ na linguagem e da sua leitura. É na articulação entre o sistema diferencial dos gestos de leitura, que estão na base da construção do arquivo, e o trabalho que gera a memória coletiva que estamos procurando intervir, na medida em que visamos explicitar, com as análises apresentadas nesta obra, o modo de funcionamento desses “gestos de leitura”.

Pêcheux (1988, p. 301) dirá que “uma palavra por outra” é a definição da metáfora, mas é também o ato falho. E, definindo as práticas ideológicas como reguladas por rituais, afirmará que não há rituais sem falha. Orlandi entende essa afirmação como a possibilidade de atingir pontos de resistência no dizer, daí que a transgressão das fronteiras pode fazer irromper a voz que está na espreita.

O discurso (olhar) que nos categoriza pelo apagamento, como sujeitos a-históricos, e um discurso (olhar) histórico produz efeitos de memória que simulam “vir do passado para o presente o que é projeção do presente sobre o passado”. Estamos, no campo do discurso, naquilo que chamamos de efeito de pré-construído, ou seja, o estabelecimento do já-lá, do efeito do repetível como já-dito.

3 Um (des)fecho: por entre discursos endereçados ao povo brasileiro

Com efeito, *Terra à Vista* nos ensina que não há sentidos eternos, mas há sentidos eternalizados nos discursos. No entremeio dessa reflexão, mobilizo aqui outro estudo de Orlandi (1996) em que a autora tematiza a noção de reversibilidade. Ao caracterizar os tipos de discurso, dentre eles o religioso, compreende como aquele em que fala a voz de Deus: a voz do padre- ou do pregador, ou, em geral, de qualquer representante seu- é a voz de Deus. Para exemplificar, ela traz o discurso católico, com o propósito de ilustrar modos de representação quanto às diferentes formas de o homem se relacionar com Deus.

Para tanto, Orlandi faz um paralelo entre o discurso religioso e outros diferentes tipos de discursos, dentre eles o político, pois a voz do povo se fala no político. “Assim como no discurso pedagógico, a voz do saber se fala no professor; no discurso religioso, a voz de Deus se fala no padre; no discurso da história a voz dos fatos se fala no historiador e assim por diante”. (*op. cit.*, p. 244)

Ao tematizar a subsunção de uma voz pela outra, Orlandi enfatiza a necessidade de distinguirmos o que ela denomina de “como se” do “faz de conta” que se constitui justamente da relação não com o imaginário, mas com o simbólico, logo, com o domínio da disciplina e das instituições. Assim, ao dizer que a voz de Deus se fala no padre, é “como se” Deus falasse: a voz do padre é a voz de Deus. Esta é a forma de representação, ou seja, da relação simbólica (ORLANDI, 1990, p. 244). A exemplo disso, temos o processo de catequização dos indígenas por parte dos padres jesuítas, com o objetivo de atender não só à eficácia da colonização, mas também aos intentos de uma sociedade sagrada, portanto, conforme a obra de Deus.

Desse modo, a autora segue fazendo considerações importantes, sobretudo, em relação ao discurso político, haja vista que ele não só é autônomo em relação à voz do povo como ele pode até mesmo criar, inventar a voz do povo que lhe for mais conveniente, a depender da sua conveniência, dos diferentes sentidos conferidos à legitimidade desse discurso. Daí que se cria o consenso, pois há um grau de autonomia razoável. Já o mesmo não ocorre com o discurso religioso, visto que este não apresenta autonomia e o representante da voz de Deus não pode modificá-la de forma alguma. “Há regras estritas que regulam o procedimento de apropriação da voz de Deus, ou seja, a relação do representante com a voz de Deus é regulada pelo texto sagrado, pela Igreja, pelas cerimônias”. (*ibidem*, p. 245).

Portanto, ao reconhecer que há uma distância entre o dizer de Deus e o dizer do homem, instaurada pela dissimetria entre os planos que os separa, nos é mostrada e mantida a obscuridade dessa significação inacessível e desejada. Ainda que não se compreendam os ensinamentos da religião, há crença e obediência ao divino.

Orlandi segue discorrendo sobre o discurso religioso, sobre a fé, o pecado, a igreja, os mecanismos de punição/exclusão ao se referir aos ritos cristãos do catolicismo, para focar nas formas da ilusão da reversibilidade, que se manifesta pela visão, pela profecia, pela performatividade das fórmulas religiosas, pela revelação. Destaca o poder da palavra na religião. (1990, p. 251).

A diferença em destaque como sendo fundamental entre o discurso religioso e outros é a condição de reversibilidade, ou não-reversibilidade, a saber, ser representante, no discurso religioso, é estar no lugar de; não é estar no lugar próprio. Nas palavras de Orlandi:

Aí está a diferença fundamental entre o discurso religioso e outros: nos outros discursos, esses lugares são disputados e a retórica é uma retórica de apropriação. O sujeito se transforma naquele do qual ele ocupa o lugar. Então, dadas certas condições, o representante passará a falar do lugar próprio. Por

exemplo, suficientemente munido do seu diploma, e tendo o estatuto jurídico que lhe compete, o antes-aluno falará do lugar de professor, que, então, lhe será próprio. O mesmo se dá com o juiz, o político etc. Por esse mecanismo de apropriação eles acabam por ser confundidos com o próprio saber, com a própria justiça. No entanto, isso não se dá no caso do discurso religioso. O representante, ou seja, aquele que fala no lugar de Deus transmite suas palavras. O representa legitimamente, mas não se confunde com Ele, não é Deus. Essa, do meu ponto de vista, é a expressão fundamental da não-reversibilidade. E daí deriva a ilusão como condição necessária desse tipo de discurso: o como se fosse sem nunca ser. (1990, p. 253).

Considero importante e por isso necessária a menção a esse texto de Orlandi, pois torna possível estabelecermos uma relação com a nossa realidade atual brasileira, pois os pronunciamentos “improvisados”, na forma de discurso político, do presidente Bolsonaro escancara a fragilidade da sua performance enquanto representante, (líder?) do Brasil. O que se pode perceber é a recorrente menção a Deus e aos dogmas cristãos por ele citados. Os exemplos não são poucos, incluindo o período da sua campanha à presidência e, também, já eleito presidente, destaco os seguintes trechos¹²:

[...] Em 2013, Bolsonaro criticou a decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que naquele ano considerou legítimo o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Ele disse na ocasião que “o Judiciário, a exemplo do Supremo, tem avançado sobre a Constituição. Está bem claro na Constituição aqui: **a união familiar é um homem e uma mulher.** (...) Essas decisões aí só vêm a cada vez mais solapar a **unidade familiar, os valores familiares:** vai jogar tudo isso por terra. (abril de 2017) (grifos meus).

[...] não existe "mais conversinha de ideologia de gênero". **Isso é coisa do capeta.** Tenho certeza que o governador não vai admitir isso aqui", afirmou, referindo-se ao governador do DF. [...] Vocês têm na primeira vez **da história do Brasil** um presidente que está honrando o que prometeu durante a campanha. **Um presidente que acredita e valoriza a família.** Um presidente que vai respeitar a inocência das crianças nas salas de aula". (agosto de 2019) (grifos meus).

*“Eu queria dizer a vocês, baseado no livro de João 8:32 [e conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará], que agora nós temos **um governo que valoriza a família,** respeita seus militares, tem lealdade ao seu povo e **acredita em Deus.** Não perseguimos ninguém, **queremos só fazer o melhor para o Brasil.** (março de 2020) (grifos meus).*

Diante do que precede, por entre discursos (re)produzidos sobre o Brasil que se pretende (en)direitar, observamos efeitos de sentidos endereçados aos/às brasileiros/as que desejam uma

¹² Alguns desses discursos ainda circulam nas redes sociais e mobilizam muitas críticas as quais geram muitas polêmicas. O acesso está em: <<https://www.semprefamilia.com.br/eleicoes-2018/o-que-jair-bolsonaro-pensa-sobre-religiao-aborto-e-casamento-gay/>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

Disponível em: Casado três vezes, Bolsonaro defende família 'tradicional' e chama 'ideologia de gênero' de coisa do capeta (domtotal.com) Acesso em: 16 ago. 2021.

Disponível em Presidente Jair Bolsonaro cita a Bíblia e diz que o governo acredita em Deus (searaneews.com.br) Acesso em: 16 ago. 2021.

via para restauração/salvação da ordem e do progresso, o que nos convoca a pensar de qual ordem e de qual progresso se fala. Muitos analistas de discurso já se ocuparam dessa análise, mas o tema não se esgota, pois, com frequência, se atualiza. Então, é possível notar o processo de reversibilidade acontecendo ilusoriamente no discurso em que Deus tem um legítimo representante cujo pronunciamento político se reveste do saber religioso, dos dogmas que apregoam a ordem de uma sociedade cis-heteronormativa a ser preservada. Em busca da credibilidade, afiançada pelo mandamento divino, ecoa a voz de Deus no discurso político.

A heterogeneidade nesses discursos se marca através do discurso do outro, representado na materialidade da língua, ou seja, recorre-se ao dizer bíblico para fortalecer aquilo que se pressupõe necessitar de alicerce para manter-se “em pé”. Assim, percebemos um funcionamento discursivo que atua como um modo de afastar “o fantasma ameaçador que paira sobre a ordem das coisas”; enfim, por entre a dicotomia do falso e do verdadeiro, produzem-se os efeitos de sentido, enquanto modos de interpretar e se relacionar com a trama de discursos diversos endereçados ao povo brasileiro.

Por entre os meandros da obra *Terra à Vista* e de tantas outras também relevantes, Orlandi é incisiva em ressaltar a teoria de M. Pêcheux como uma proposta de ruptura com a concepção instrumental tradicional da linguagem. Segundo a autora, talvez, muitas questões permaneçam sem resposta para os analistas de discurso, dado que não é possível estudar a linguagem sem se dar conta da sua presença material, da sua espessura, da sua opacidade, da sua resistência. Enfim, as obras de Orlandi falam por si, para nós e para aqueles/as que se enveredarem pelas tramas sinuosas da análise de discurso, as quais sempre nos convidam a observar o funcionamento de certos dizeres que se apresentam como evidentes, por vezes, repetidos e aceitos consensualmente, mas que podem não nos representar.

Referências

- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra à Vista: discurso do confronto- velho e novo mundo*. Campinas, SP: Pontes, 1990.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: UNICAMP, 1988 (original de 1975).